

Regulamento do Conselho de Justiça

Artigo 1.º

Composição e Eleição

1. O Conselho de Justiça é composto por três membros efectivos, um Presidente e dois vogais, e dois membros suplentes.
2. A eleição dos cinco membros do Conselho de Justiça é feita de acordo com os estatutos da U.V.P./F.P.C.

Artigo 2.º

Competência

Compete ao Conselho de Justiça:

1. Conhecer dos recursos das decisões de natureza disciplinar tomadas pelo Conselho de Disciplina.
2. Emitir parecer não vinculativo, sempre que for solicitado pelo Presidente da U.V.P./F.P.C. ou pela Assembleia-Geral, sobre propostas de alteração, suspensão ou revogação dos estatutos da U.V.P./F.P.C. e demais regulamentos, em matéria de disciplina.
3. Emitir parecer, sempre que for solicitado pelo Presidente da U.V.P./F.P.C., pela Assembleia-Geral ou pelo Conselho de Disciplina, sobre questões de interpretação ou integração dos estatutos e demais regulamentos da U.V.P./F.P.C., em matéria de disciplina.
4. Elaborar parecer obrigatório sobre a elaboração e alteração do Regulamento do Conselho de Justiça.
5. Propor à Assembleia-Geral da U.V.P./F.P.C. perdões gerais e amnistias das penas.

Artigo 3.º

Funcionamento

1. O Conselho de Justiça reúne por convocatória do seu presidente ou por iniciativa da maioria dos seus membros.
2. A convocatória, quando seja efectuada pelo presidente do Conselho de Justiça, não obedece a formalidades especiais.
3. As deliberações são tomadas por maioria, devendo ser fundamentadas, podendo ser expressas, resumidamente, declarações de voto.

4. Por decisão do presidente, o Conselho de Justiça pode deliberar sem reunião formal, por voto escrito da maioria dos seus membros.

Artigo 4.º

Procedimentos

1. Os recursos das decisões do Conselho de Disciplina devem ser dirigidos ao Conselho de Justiça e endereçados para a sede da U.V.P./F.P.C.
2. A U.V.P./F.P.C. deverá em seguida enviar o recurso ao Conselho de Justiça, juntamente com o processo disciplinar a que respeita a decisão recorrida, no prazo de cinco dias sobre a sua apresentação.
3. Recebido o recurso, poderá o Conselho de Justiça indeferi-lo liminarmente se o mesmo não contiver alegações ou se não for legalmente admissível. Em qualquer dos casos, o indeferimento deverá ser fundamentado.
4. Não se verificando o disposto no número anterior, o Conselho de Justiça deverá decidir no prazo de 30 dias contados a partir da data em que o recurso for recebido por este órgão.
5. O prazo referido no número anterior poderá ser alargado por motivo justificado, devendo qualquer prorrogação e a sua expectável extensão ser comunicada ao Recorrente e à U.V.P./F.P.C.
6. O recurso terá efeito suspensivo, mas em casos devidamente fundamentados e tendo em conta os interesses do Ciclismo, o presidente do Conselho de Justiça pode atribuir-lhe efeito devolutivo.
7. A decisão de atribuir efeito devolutivo ao recurso deverá ser comunicada ao Recorrente e à U.V.P./F.P.C no prazo de cinco dias úteis contados da data da recepção do recurso pelo Conselho de Justiça.
8. Na elaboração dos seus acórdãos, o Conselho de Justiça aplicará os critérios decisórios que constam do Regulamento do Conselho de Disciplina.

Artigo 9.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pelas regras gerais de Direito.